

O milagre deste garimpo. E o sonho ameaçado dos bóias-frias.

Em Icatu, pequeno município de Querência, no Paraná, 70 famílias arrendaram cerca de 200 alqueires de terra. Prepararam o solo, plantaram, colheram. O resultado bom. Mas esta experiência — feliz para a pobre cidade de Icatu — poderá parar: os fazendeiros da região resistem à idéia de continuarem os arrendamentos.

Texto de Teresa Furtado

Desde que terminou a colheita de algodão, em maio, ninguém mais entra no bar Alô Icatu para tomar um gole de cachaça ou dar um dedo de prosa, como acontecia nos bons tempos em que havia trabalho e todos saíam bem cedinho, apinhados nos caminhões. Os homens, agora, não têm nem mesmo um trocado para pagar uma dose e ficam parados, na frente do bar, encostados num ou noutro automóvel que aparece por ali.

Às vezes, parece que tudo pára, lá no Icatu. A poeira fina, suspensa no ar como uma nuvem, envolve as casas, os homens e os poucos animais que circulam pela rua. A poeira gruda na pele, na cara e nas mãos dos homens parados, que se tornam quase um prolongamento do chão vermelho. Um grito de mulher ou uma voz de menino quebra o silêncio, e um homem fala baixinho, quase sonhando: "Se ao menos eu tivesse um pedaço de terra lá no garimpo".

O "garimpo" dos bóias-frias do Icatu, distrito do pequeno município de Querência do Norte, no extremo Noroeste do Paraná, não é um sonho, nem esconde nenhum tesouro. É uma pequena área de terra, menos de 200 alqueires, arrendado a um grupo de 70 famílias, que reproduz, a cada ano, o milagre mais simples da natureza: preparar o solo, plantar, colher e sobreviver com o seu trabalho.

Mesmo assim tão simples, o sonho dos bóias-frias parece cada vez mais difícil de acontecer. Os grandes fazendeiros da região, que detêm a maior parte da área do município, não querem arrendar terra para pequenos parceiros. Preferem, segundo o vice-prefeito de Querência, Adolfo Polini, do PDS, "largar o boi no pasto do que se incomodar com gente".

Para conseguir a terra que os bóias-frias chamam de "garimpo", a cidade teve de realizar um esforço coletivo: a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Nova Londrina arrendou uma grande área de terra no município, repassou uma parte à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte (Adecon), que, por sua vez, a alocou, em lotes de dois alqueires, a 70 famílias selecionadas anteriormente.

Tudo isso aconteceu há um ano apenas, mas tanto para os associados da Adecon quanto para os felizes arrendatários a resposta não poderia ser melhor. A safra foi boa, e os donos da terra — os Atalla — ganharam, sem nada arriscar, 2.490 sacas de soja, 11.115 arrobas de algodão, 2.925 sacas de milho, 14.700 sacas de arroz. A preços de mercado, o arrendamento deu ao grupo Atalla cerca de Cr\$ 500 milhões.

José Ferreira da Silva, 57 anos, ex-bóia-fria, fica feliz ao avaliar o ano que passou: "Eu aqui estou divinamente bem".

Tempos de crise

Foi o censo de 80 que deu o alarme: o Município de Querência do Norte perdeu, em dez anos, praticamente a metade de sua população. Dos 18 mil moradores recenseados em 1970, restaram menos de dez mil, em 1980. Os trabalhadores volantes, os pequenos arrendatários e

os colonos — expulsos por falta de trabalho — levaram, ao partir, a rica paisagem dos cafezais. Em seu lugar ficaram as imensas áreas de pastagens e as culturas mecanizadas, onde a mão do homem é pouco solicitada.

Quem ficou em Querência teve de aprender a conviver com uma nova situação. Dos 80 mil hectares do município, 54 mil estão tomados pelas pastagens e 13 mil por lavouras anuais, mecanizadas. Do restante, nove mil são áreas inaproveitadas ou ocupadas por matas. Sobram, além do perímetro urbano, escassos 780 hectares de lavouras permanentes que ocupam poucos trabalhadores.

População sem recursos, comércio fraco, município empobrecido pela queda na arrecadação, como todos os outros que trocaram o café pela pastagem. Depois de alguns anos desta prática, o diagnóstico é de enfermidade grave, quase 90% da população tem emprego temporário, 95% dos agricultores são arrendatários com poucas garantias, os grandes fazendeiros não são da cidade e quase nunca vão lá ao menos para conhecer seus problemas. Faltam técnicos agrícolas e agrônomos. O solo — muito vulnerável à erosão, é muito malcuidado, sobretudo nas grandes fazendas. O arrendamento de terra, cada vez mais caro e pago à vista, é praticamente inacessível aos pequenos agricultores.

Como se não bastassem todas essas dificuldades, Querência do Norte vive ainda uma outra ameaça, porque está exatamente no espaço que vai ser ocupado pelo lago da hidrelétrica de Ilha Grande, projetada para ser construída no Rio Paraná, cerca de 200 quilômetros acima de Itaipu. Pelo menos 15 mil alqueires — quase a metade da área do município — serão inundados se ou quando a usina for construída.

Projetos

Foi esse diagnóstico, na verdade, que despertou a consciência coletiva para a necessidade de mudanças na pequena cidade, que abriga em seu perímetro urbano perto de cinco mil pessoas. No ano passado, um grupo de moradores — liderados pelo gerente do Banco do Brasil, agrônomos de órgãos públicos e alguns comerciantes e médios fazendeiros — resolveu fazer um balanço dos problemas da cidade para apresentar alguns projetos ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário (Fundec), um programa especial do Banco do Brasil.

Ao todo, o grupo levantou 20 projetos prioritários, mas a questão do acesso à terra estava embutida em quase todos. Foi aí que surgiu — conta Luiz Antônio de Castilho, gerente local do Banco do Brasil — a idéia de um arrendamento social. No município, diz ele, havia muita terra boa, improdutiva, mas cada vez que aparece uma terra para arrendar "vem um grande e leva tudo".

Os projetos ainda não estavam concluídos quando surgiu uma oferta irrecusável. O grupo Atalla, dono dos 4.500 alqueires da Fazenda Pontal do Tigre, em Querência do Norte, estava querendo arrendar 1.500 alqueires e não manifestou impedimento à presença de pequenos agricultores entre os arrendatários, desde que o pagamento da renda ficasse centralizado. A Cooperativa de Cafeicultores concordou em responder pelo arrendamento que iria atender não apenas aos projetos comunitários como também a alguns associados seus. Sua única exigência era de que os pequenos arrendatários se associassem até mesmo para utilizar a infra-estrutura da Cooperativa.

Tudo aconteceu muito rapidamente, conta o agrônomo Francisco Griebeler — o Chicão da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Acarpa/Emater), que coordenou o projeto, junto com outro agrônomo, José Edgar Pereira, que assumiu a diretoria da Associação.

Trabalho duro

Pelo menos 350 pessoas se inscreveram. "E é pouco", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência, Eufrásio Soares de Souza, lembrando que o sindicato tem dois mil associados.

Com tantos inscritos, a Adecom precisou reunir alguns critérios de seleção até chegar aos 77 arrendatários e seus 402 dependentes.

Feita esta escolha, foi preciso definir muito bem as condições de uso do solo. Os novos arrendatários, associados da cooperativa e da Adecom, comprometeram-se a seguir a orientação dos técnicos, a utilizar a infra-estrutura da cooperativa e a depositar uma parcela dos ganhos num fundo comum da cooperativa. A renda a ser paga ao grupo Mana já estava definida em contrato: para cada alqueire arrendado seriam pagos 45 arrobas de algodão ou 15 sacas de milho, de soja ou de arroz.

Faltava ainda cumprir uma condição do Banco do Brasil, antes de partir definitivamente para o trabalho. Onde conseguir avalista para 77 pequenos agricultores, que nada tinham além de uma enorme vontade de trabalhar? Os fazendeiros e comerciantes da cidade deveriam arcar com uma parte da responsabilidade coletiva. Foi assim que Teodósio Reginato, dono de 300 alqueires de terra, também vereador pelo PDS, transformou-se em avalista de pelo menos dez dos arrendatários. E não se arrependeu. Todos honraram seus compromissos e Reginato não esconde sua satisfação por ter contribuído para o êxito do projeto. Ele, que formou sua fazenda trabalhando como arrendatário durante quase 20 anos, conhece "o problema dos dois lados" e critica "os grandes latifundiários que não querem arrendar para evitar acesso de gente às fazendas".

E mostra que o custo médio do alqueire de terra para uma safra, em Querência do Norte, oscila entre Cr\$ 900 mil e Cr\$ 1,2 milhão, quando existe.

Não foi assim tão fácil comover toda a comunidade. Mesmo reconhecendo a extrema penúria dos bóias-frias e pequenos arrendatários e a possibilidade de êxito do projeto, a cidade demorou para se envolver, afirma Chicão. Os fazendeiros acabaram cedendo tratores e reduzindo o preço da hora trabalhada por pressão do grupo dirigente da associação.

Quem acompanhou de perto o projeto — como Chicão, Edgar, Teodósio Reginato e Berndt Wolwer, um jovem técnico agrícola de 21 anos, que os arrendatários da associação tratam carinhosamente por Alemão — não esconde sua paixão. "Foram meses e trabalho louco, de disciplina rigorosa, em que não podíamos fazer nenhuma concessão", conta o Alemão. Todos trabalhavam de sol a sol, primeiro limpando e preparando o solo, vigiando os tratores para o serviço sair bem feito. As áreas não são contíguas e o Alemão diz que perdeu a conta das vezes que percorreu todo o arrendamento nas estradas estreitas de chão batido.

Se foi difícil para os técnicos, mais ainda para os novos arrendatários, muitos deles habituados apenas ao trabalho como bóia-fria e com enormes dificuldades para gerenciar o trabalho agrícola. "Sofremos muito, só não corremos porque a gente sabia o que queria", diz Geraldo Pereira, que viveu durante mais de um mês, com sua mulher Rosa e seus seis filhos, numa barraca improvisada, coberta por lona. "Cozinhava lá fora e, se chovesse, não dava para preparar a comida", diz Rosa, dando graças a Deus pela estiagem.

Fome ninguém chegou a passar, mas a Adecom estabeleceu uma mesada muito pequena — começou com Cr\$ 30 mil mensais e foi reajustando até Cr\$ 70 mil no último mês da safra. Esta mesada fazia parte dos recursos do crédito de custeio que, fugindo das normas, foi dividido em cinco parcelas e não apenas em três, como normalmente ocorre. Cada parcela era vigiada com rigor pelos técnicos e dirigentes da associação para impedir o "desvio" para finalidades não voltadas para o absolutamente essencial.

Geraldo Pereira diz que só conseguiu permanecer na área "porque o armazenista garantia a comida, pois eu compro nele há 14 anos e sou de sua confiança. Foi só isso. Se não, tínhamos passado fome". Além disso, o trabalho era muito, sem descanso e com dificuldades novas: aplicar o defensivo na hora certa, por exemplo, foi uma tarefa complicadíssima porque a maioria dos arrendatários nem sequer sabe ler.

O algodão e os sonhos

Quando firmaram o contrato de arrendamento, os dirigentes da associação definiram como cultura principal e obrigatória o algodão. Houve até resistência por parte de alguns arrendatários, mas, no final — "até por graça de Deus", afirmam os agrônomos —, a colheita da associação foi praticamente recorde no Estado. Mesmo com a prolongada estiagem, com a pressa e o imprevisto, a falta de experiência e os tropeços, a produtividade média, por alqueire, foi de 500 arrobas. Mil arrobas ao todo por família. Com preços médios entre Cr\$ 12.300 e Cr\$ 13.500 por arroba, os arrendatários tiveram renda bruta de Cr\$ 12 milhões, em média.

— Foi assim como ganhar na loteria, sozinho — diz Lourival Santos, um pernambucano de 44 anos que até agora não acredita na sua "sorte". Depois de trabalhar duro durante cinco meses, "passar um medo terrível da dívida com o banco, porque nunca trabalhei devendo. só trabalhei mesmo é com os meus braços", Lourival colheu 1.170 arrobas.

Com um sorriso enorme, ele assinala nos dedos o que fez com o dinheiro: construiu sozinho uma casa para a família, com chão de cimento e telhado de zinco; comprou um cavalo e tralha; comprou dois terrenos, com casa em cima, na cidade, para segurança nos dias difíceis; comprou uma porquinha prenhe e comida até janeiro. Ainda sobrou, diz ele orgulhoso, "dois milhões para pôr a juros no banco e olha que já vamos ter dinheiro do financiamento para a próxima safra".

O pequeno sonho de Lourival está quase realizado. Falta apenas, diz ele, juntar o suficiente para comprar sua própria terra. Quase todos os arrendatários administraram assim mesmo seus recursos: uma casinha na cidade, para qualquer contratempo, alguns animais no terreiro e dinheiro no banco. Quem deixou correr os sonhos foi mais longe. José Justino, que garante que "nunca pensa em perder", comprou um carro, e assegura, com voz firme, que sai da terra da associação "para um cheio meu, uma chacinha de uns cinco alqueives".

Miguel Alves de Oliveira, 34 anos, sete filhos, já parou de sonhar. Com a renda líquida de seu trabalho na associação e mais um pouco que tinha guardado, comprou três alqueires de terra. Este ano, ainda ficará na associação para "fortalecer as finanças tocando as duas áreas". Miguel, nos sonhos dos bóias-frias, achou ouro no "garimpo" da associação. Em Icatu, os homens falam com deslumbramento da chácara de Miguel, da casa nova de Lourival, dos animais, das casas na cidade e dos carros guardados às vezes em garagens de taipa. E sonham — porque isto ainda podem fazer — com dois alqueires de terra.

A terra trabalhada produziu: 2.490 sacas de soja; 11.115 arrobas de algodão; 2.925 sacas de milho e 14.700 sacas de arroz.

(Página 3 — Caderno de Programas e Leituras)